



JITA: JH. Digital Preservation.

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO: PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E LITERÁRIO DA UFBA

POLITICS OF PRESERVATION, CONSERVATION AND RESTORATION:

ARTISTIC AND LITERARY PATRIMONY OF UFBA

POLÍTICA DE PRESERVACIÓN, CONSERVACIÓN Y RESTAURACIÓN:

PATRIMONIO ARTÍSTICO Y LITERARIO DE UFBA

*Lidia Brandão Toutain¹
Ana Maria Cerqueira Lima²
Maria Alice Santos Ribeiro³*

RESUMO

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), que tem sua origem no século XIX, acumula acervos significativos e representativos de diversas áreas do conhecimento. Esta situação estimulou um projeto que estabeleceu como objetivo políticas específicas de manutenção e preservação do seu acervo. Em 2015, iniciou o mapeamento dos bens culturais e artístico, móveis e imóveis nos *campi* da UFBA, em Salvador tendo como resultado o inventário, que apresenta componentes de identificação de tipologias e de classificação individual, do estado de conservação dos exemplares das diversas unidades acadêmicas, de prioridades no âmbito da conservação, preservação e restauração do patrimônio. O inventário, de método quantitativo e qualitativo, compõe uma base de dados eletrônica, atualizada, de acesso simples e democrático, que permite acesso à comunidade acadêmica, aos pesquisadores e a sociedade em geral. Quanto aos livros raros, localizados na coordenação Lugares de Memória, foram cadastrados 398 obras raras dos Séculos XVI a XVIII. Falta realizar inventário das coleções e livros com características especiais dos Séculos XVIII, XIX e XX. Ao estimar os resultados desse projeto, vale o investimento nas proposições apresentadas acima, pois eles não só favorecem a UFBA, mas também beneficia a sociedade, uma vez que esta instituição passará a ser um polo disseminador e promotor de políticas de preservação de acervos e salvaguarda do patrimônio cultural, que estarão disponíveis no repositório institucional para consulta da comunidade interna e externa.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação. Preservação de documentos. Preservação do patrimônio cultural.

ABSTRACT

The Federal University of Bahia (UFBA) which had its origin in 19th century, accumulated a representative and expressive heritage of various fields of knowledges. This situation stimulated a project which established as target, specific politics of maintenance and preservation of its patrimony. In 2015, we initiated a listing of all artistic and cultural, movable and imovable properties in all campi of the UFBA, in Salvador. It resulted an inventory which shows compounds of identification of typologies and individual classification, state of conservation of samples of various academic unities, of priorities in field of conservation, preservation and restoration of our patrimony. The inventory, of qualitative and quantitative method, compounds a base of electronic dates, updated, of easy and democratic Access, which allows Access to academic community, researchers and society generally speaking. As to rare books are concerned, being at the coordination, named "Lugares de Memoria" (Places of Memory), 398 rare books of 18th, 19th and 20th centuries have been

¹Doutora em Filosofia (Universidad de León). Mestre em Metodologia do Ensino Superior (PUCCAMP/UNICAMP). Professora do Instituto de Ciência da Informação (ICI/UFBA). Salvador, BA. Email: lidibrandaoutoutain@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2157-9467>.

²Graduada em Matemática, Estatística e Artes Plásticas (UFBA). Mestra em Saúde, Ambiente e Trabalho (UFB). Salvador, BA. Email: acer@ufba.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3154-3230>.

³Graduada em Biblioteconomia e Documentação/Especialista em Arquivologia (UFBA). Diretora da Biblioteca de Ciência e Tecnologia Omar Catunda (UFBA). Coordenadora do Lugares de Memória - Estudos Baianos (UFBA). Salvador, BA. Email: maliceribeiro@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4037-7289>.

Submetido em: 03/08/2016 – **Aceito em:** 15/09/2016.

registered. Still we need to make the inventory of rare collections and books with special characteristics of 18th, 19th and 20th centuries. When estimating the results of this project, the investment on above mentioned proposals is worth, because they do benefit not only the UFBA, but the society too, once this institution will turn a pool disseminator and promoter of politics of preservation and protection of cultural patrimony which will be disposable in an institutional repository for consultation of external and internal community.

KEYWORDS: Preservation. Document preservation. Cultural heritage preservation.

RESUMEN

La Universidad Federal de Bahía (UFBA), tiene sus orígenes en el siglo XIX, se acumula colecciones importantes y representativos de diferentes áreas del conocimiento. Esto estimuló un proyecto que establece un objetivo de política específica de mantener y preservar sus colecciones. En 2015, se inició el mapeo de los bienes culturales y artísticos, muebles e inmuebles en los campus de la UFBA en Salvador resultantes en el inventario, el cual presenta tipologías de identificación de componentes y clasificación individual, el estado de las copias de las distintas unidades académicas, las prioridades en la conservación, preservación y restauración del patrimonio. El inventario del método cuantitativo y cualitativo, comprende una base de datos electrónica, actualizada, acceso simple y democrática, que permite el acceso de la comunidad académica, los investigadores y la sociedad en general. En cuanto a los libros raros, que se encuentra en la coordinación de Lugar de Memoria se registraron 398 obras raras de los siglos XVI a XVIII. Falta realizar el inventario de las colecciones y libros con las características especiales de los siglos XVIII, XIX y XX. En la estimación de los resultados de este proyecto, vale la pena la inversión en las propuestas presentadas anteriormente, ya que no sólo favorecen la UFBA, sino que también beneficia a la sociedad, ya que esta institución se convierta en un polo difusor y promotor de la conservación de las colecciones y las políticas de salvaguardia patrimonio cultural, que estará disponible en el repositorio institucional de consulta a la comunidad interna y externa.

PALABRAS CLAVE: La preservación. La preservación de documentos. Patrimonio cultural.

1 INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio cultural é uma preocupação antiga em todo mundo. Porém, foi a partir do século XVIII, que a compreensão de patrimônio foi consolidada, incorporando as noções de preservação e restauração. Essas noções, coerentes com as ideias do Iluminismo, manifestavam-se contra o vandalismo, que proliferou na França e na Grã – Bretanha, em um período de conflitos sociais e políticos. Na contemporaneidade, a noção de patrimônio histórico cultural adquire amplo significado que remete a um legado deixado pela humanidade e que convém ser preservado e administrado coletivamente pelas gerações futuras.

No que se refere ao Brasil a ideia de bem patrimonial e a necessidade da preservação começou a ser implantada a partir de discussões levantadas por Mário de Andrade, nos anos 1930. Mas, só a partir das duas últimas décadas, algumas instituições públicas tomaram consciência da importância e fragilidade do objeto cultural e, da necessidade de preservá-lo. Tomando-se como referência o estado da Bahia, observa-se que as bibliotecas e os arquivos, ricos em objetos culturais e documentos históricos, são testemunhas mudas da deterioração implacável e acelerada, em virtude das condições ambientais desfavoráveis.

Nesse contexto, inclui-se também a falta de políticas voltadas à área de preservação conservação e restauração dos acervos, a falta de especialistas e cursos na área e, principalmente, recursos econômicos para investimentos, que resulte na: criação de um

laboratório de investigação, de preservação e de restauração desse acervo; na implantação de um polo difusor digital de integração dos fundos e coleções produzidos e acumulados pelos órgãos e unidades acadêmicas da UFBA, transferidos ou recolhidos aos seus arquivos setorial e central e; atualização dos currículos de ensino, pesquisa e extensão com foco à conservação e preservação de acervos documentais de destacado valor histórico e cultural. Naturalmente, a concretização desse projeto depende principalmente de ação cooperativa de agências públicas, em razão da carência de recursos das Instituições de Ensino Superior (IES) e da grave crise econômica instaurada no Brasil nos últimos anos.

Os acervos de uma Instituição podem colaborar com as mais diversas pesquisas e, a sua preservação está associada à concepção e resgate da memória, servindo de testemunho como um conjunto orgânico que pode ser aberto à pesquisa pública, estabelecendo contribuição como um fenômeno em interação com o contexto social, cultural e institucional.

A Ciência da Informação reconhecida como uma área do conhecimento que tem a interdisciplinaridade como uma das suas características, na sua dinâmica de desenvolvimento estabelece relações com as Ciências Humanas, a Literatura, as Ciências Sociais Aplicadas, as Artes dentre outras. Dependendo dos temas, hipóteses e abordagens evidenciadas pelos pesquisadores, as análises epistemológicas identificam os paradigmas físico, cognitivo e social, a partir dos quais poderiam se desenvolver estudos sobre memória em diferentes perspectivas, a exemplo da preservação. O tema memória, assim como informação é de fundamental importância para todas as áreas que lidam com a cultura de uma civilização, não sendo objeto exclusivo de uma única área de estudo.

A Universidade Federal da Bahia possui inúmeros acervos documentais. Parte desses acervos se encontra à disposição para consulta, por meio de diversos sistemas disponibilizados presencialmente e na web, a exemplo dos acervos nominados a seguir: Memória da Ditadura; Repositório Institucional; Sistema de Acesso aos Arquivos Históricos da UFBA; Sistema de Acesso aos Centros de Documentação, Informação e Memória; e Sistema de Bibliotecas da UFBA. Porém, existem, ainda, na UFBA, acervos de potencial importância para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação, dispersos e necessitando de tratamento técnico adequado para assegurar o pleno acesso às informações e, a consequente produção de novos conhecimentos essenciais à sua existência enquanto instituição pública, bem como à sua inovação. Esse conjunto de acervos, portanto, constitui-se em um arcabouço de pesquisa essencial para esta instituição universitária.

Este artigo apresenta alguns resultados do “Plano Diretor Institucional (PDI): Inventário Patrimônio Artístico da UFBA Política de Preservação, Conservação e Restauração” (2014). O mapeamento para localização do acervo e posterior inventário do acervo e a criação da base de dados de referência, permitirá a disseminação do seu conteúdo e a perpetuação de informações. A proposta poderá beneficiar todas as áreas do conhecimento e, sobretudo, ao conjunto de grupos de pesquisa consolidados na Universidade, ao representar

um investimento que amplia e moderniza a infraestrutura de pesquisa e inovação, e o acesso à informação e sua difusão.

2 PATRIMÔNIO: LEGADO PARA A HUMANIDADE

Etimologicamente, a palavra patrimônio tem origem do latim *patrimoniu* (*patri*, pai + *monium*, recebido), termo, historicamente, vinculado ao conceito de ‘herança paterna’, cujas características do bem patrimonial estão relacionadas ao seu possuidor e eram intransferíveis (VOGT, 2008). No fim do século XVIII, após a Revolução Francesa, apesar das grandes perdas ocorridas com o vandalismo, o Estado assumiu e centralizou as atividades de proteção dos bens culturais, “[...] apoiados em uma legislação específica. Pela primeira vez surge a função social da preservação do patrimônio [...]” (MURGUIA; YASSUDA, 2007, p. 67).

No início do século XIX, surge a definição de patrimônio histórico e artístico como um conjunto de bens materiais associado ao conceito de antiguidade, grandiosidade e singularidade de construções, cujo juízo de valor era passível de ser percebido por todos, uma vez que era representado pelas edificações, objetos e documentos de importância histórica. E, novas leis foram instituídas na Europa, com finalidade a identificar, autenticar, avaliar e proteger os bens representativos da nação.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial nova conjuntura político – econômica surge, resultando em novos questionamentos e, como conceito moderno, a noção de patrimônio aparece com o Estado Nacional apresentando características de valor e de poder que hoje lhes são imanentes. Para Silva (2010, p. 36) “utiliza-se patrimônio em sua concepção moderna, esquecendo-se que enquanto categoria ele deve ser pensado historicamente, pois seu sentido variou no tempo e no espaço” fazendo-o adquirir outros significados. A partir dessa compreensão, na contemporaneidade, foram incluídas ao termo patrimônio as expressões: cultural e natural.

Segundo Couceiro e Barbosa (2008), a 17ª Convenção pela Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, em Paris, significou um avanço ao incluir a categoria meio ambiente no texto final, mas foi em 1982, durante a Conferência sobre as Políticas Culturais, ocorrida no México, que a ampliação da noção dos bens a serem protegidos superou as expectativas, ao integrar nos textos oficiais da UNESCO o conceito antropológico de patrimônio cultural imaterial ou intangível nas recomendações e nas Cartas Patrimoniais.

Com essa reflexão, o patrimônio cultural remete a um legado que foi deixado pela própria humanidade e que convém ser gerido coletivamente pelas gerações futuras, e que pode ser classificado pelos aspectos de material e imaterial. O patrimônio cultural material abarca o patrimônio arqueológico, o bibliográfico, o da natureza, o artístico, o religioso, lugares e espaços de encanto, de convívio e encontro de uma sociedade, entre outros bens físicos. O patrimônio cultural imaterial está constituído por canções, crenças, celebrações,

ritos, lendas, maneiras de vestir, hábitos alimentares, musicais e saberes que passam de uma geração para outra, linguagem, manifestações cênicas, lúdicas e plásticas. Reforçando essa percepção, Silva (2010, p. 36) afirma:

A categoria patrimônio é um potente instrumento analítico para entender a vida social e cultural no mundo atual, quando utilizamos o conceito patrimônio cultural é a dimensão cultural do patrimônio que estamos querendo discutir; ao mesmo tempo em que, e isto se percebe muito pouco, também estamos falando da dimensão patrimonial da cultura.

Pela importância, simbolismo, significação, valor e poder, a defesa do patrimônio histórico, artístico, cultural e natural está prevista em diversos dispositivos constitucionais e legais como um direito visando garantir à sociedade a preservação de sua história e de sua identidade. Para tanto, fundamental a integração entre a comunidade e o seu patrimônio, fazendo-a compreender que não basta o Estado consagrar um bem como patrimônio, imprescindível vincular o bem tombado ou registrado a tênue ligação do presente com o passado e articular o conceito à concepção antropológica da cultura, valorizando as relações sociais e simbólicas intrínsecas ao patrimônio.

Proteger o patrimônio, seja ele material ou imaterial, significa trazer para o presente, referências do passado que nos identifica e que também pode ser projetada para a construção de um futuro, impregnado da história e da mesma força vital da tradição que o originou. Preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural significa defender a memória de um povo e o compartilhamento de um bem comum. A história aliada a um patrimônio constitui legado compartilhado.

A relevância de preservar, registrar e proteger culturas, objetos, imagens, móveis, imóveis, tradições, cantigas e outros que contam histórias de épocas, pessoas, comunidades, mantém no sujeito o sentimento de pertencimento. Saber quem somos, de onde viemos, a terra onde nascemos faz parte da dignidade da pessoa humana e essa premissa equivale atuar na preservação e defesa do patrimônio histórico, cultural e natural.

No Brasil, a ideia de bem patrimonial esteve também vinculado a um conjunto de edificações ou monumentos antigos. Nos anos 1930, os modernistas, por sua vez, a partir de discussões levantadas pelo poeta Mário de Andrade, propunham a necessidade do registro e da preservação de costumes e manifestações populares (bens imaterial), tirando o foco único do patrimônio material. Dessa iniciativa começou a ser implantado o que resultou na criação do extinto Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1936 e do seu sucessor, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Desde a década de trinta, portanto, o Brasil vem desenvolvendo uma política de identificação e preservação de obras de arte, monumentos e demais bens de natureza material. O Decreto - Lei 25, de 30 de novembro de 1937, foi a primeira iniciativa de preservação

patrimonial ocorrida no País, o qual ainda constitui o alicerce da legislação protecionista nacional. Por meio deste estatuto legal, definiu como patrimônio histórico e artístico nacional

o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por se achar vinculados a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Promulgada no dia 18 de setembro de 1946, a Constituição feita por Eurico Gaspar Dutra, no seu artigo 175 contempla a proteção do patrimônio ambiental ao afirmar que “as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público”, ampliando essa proteção em 1961, com a Lei Nº 3.924 ao definir que as escavações arqueológicas devem ser autorizadas pelo Governo Federal, através do IPHAN. Essa lei ao proteger os monumentos arqueológicos e pré-históricos e culturais, limita a permissão para a realização de escavações apenas para instituições que comprovem experiência técnica, já que a coleta pode destruir os testemunhos das formas de vida dos antepassados. A valorização do ‘fazer popular’ cotidiano como bem cultural e sua importância para o desenvolvimento do país foi uma das preocupações de Aloísio Magalhães, outra personalidade, que nos anos finais da Ditadura Militar criou no país, o extinto Centro Nacional de Referências Culturais – (CNRC), que no período de 1975-1979, se propunha indexar e referenciar a cultura brasileira, pois “sem respeito à cultura, não se cria desenvolvimento” (MAGALHÃES, 1978 apud ANASTASSAKIS, 2007, p. 4).

Conhecida como "Constituição Cidadã" pela amplitude e a abrangência dos direitos civis a Constituição Federal, promulgada em 1988, indiscutivelmente, estabeleceu novos paradigmas para a área do patrimônio. O reconhecimento da diversidade cultural existente no País representou um grande desafio para a efetiva preservação e valorização do patrimônio artístico e cultural, seja ele material ou imaterial. No art. 215, § 1º determinou que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” e no art. 216, estabeleceu que

patrimônio cultural brasileiro é constituído por “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Igualmente incluem-se, como patrimônio cultural, as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, os objetos, os documentos, as edificações e os demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais; e, finalmente, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e, inclusive, os de valor científico. O processo de reconhecimento do patrimônio cultural como bem jurídico consolidou o ordenamento jurídico expresso pela tutela do Estado associado à colaboração da comunidade.

Porém a plena proteção patrimonial ainda encontra barreiras como falta de percepção da sociedade quanto ao valor de sua cultura, omissão das autoridades em cumprir com providência a proteção dos patrimônios, conforme determina a Constituição de 1988 e, carência de recursos financeiros para conservação, preservação e recuperação dos bens culturais. Mas, mesmo reconhecendo esses obstáculos, urge propor políticas públicas que garantam a essência da importância histórica, antropológica e etnográfica de um povo, de um espaço, de uma instituição ou de um saber.

Por conseguinte, nas duas últimas décadas, algumas instituições públicas tomaram consciência da importância e fragilidade do objeto cultural e, da necessidade de preservá-lo. Mesmo assim, a proteção do patrimônio nacional tem se apresentado difuso no contexto político e social brasileiro, marcada por transformações econômicas, políticas e sociais cada vez mais intensas e dinâmicas, logo conservar e preservar patrimônio artístico cultural são desafios da sociedade contemporânea.

3 RESGATE DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Pelo seu passado, os numerosos acervos da UFBA, de notório valor histórico, científico, artístico, cultural e ambiental requerem, em caráter de urgência, o estabelecimento de parâmetros uniformes e eficientes para o seu mapeamento, proteção e preservação da memória institucional. Para Toutain (2012, p. 17) “memória é resultado dos entrelaçamentos das experiências de um tempo vivido e que [...] pode ser registrada, escrita e constituída de documentos de arquivo, material técnico-científico, invenções técnico-industriais e criações artísticas, entre outras. Também são e devem ser considerados os elementos externos como o veiculado na imprensa a respeito da instituição, além da produção bibliográfica de terceiros, ligados direta ou indiretamente a mesma.

A montagem da memória institucional passa pelo processo de se realizar uma pesquisa ampla com a referência de todos os documentos significativos produzidos pela instituição ou fora dela, e de seu interesse. Também faz-se necessário a definição de parâmetros que indiquem o que precisa ser guardado ou preservado e que poderá servir como experiência válida pela sua memória. Para Bellotto (2004), integram a memória institucional “[...] os fatos e as reflexões que podem envolver um ato administrativo ou a vida e atuação de um órgão público, assim como as manifestações a respeito transcendem a própria natureza administrativa que os criou ou dele dependem”.

O processo de desenvolvimento humano é dinâmico e se transforma rapidamente, de modo que o acúmulo de informações e de conhecimentos cresce de maneira significativa, com a evolução desse processo. Sendo assim, esse acúmulo dificulta a tomada de decisão quanto a tudo que se deve ou não preservar. Um livro, uma obra de arte ou qualquer outro bem cultural, é o registro de um autor, de um fato, de uma ideia associados a uma época, de

uma determinada sociedade com o registro do seu tempo. A preservação desse patrimônio se estabelece a partir do local onde se encontra bem como das condições as quais estão expostos (deteriorações, clima, desastres naturais, ações do tempo, ataques de pragas, atos de vandalismo dentre outros).

Segundo Montenegro (2015, p. 6), além da criação das instituições de memória que desenvolvem atividades baseadas nos registros do passado, representados pelos acervos históricos, a política de preservação exige que nesses locais os registros da memória sejam guardados e organizados de forma racional, não como vestígios documentais isolados, mas como conjuntos documentais capazes de “permitir captar a intencionalidade e o simbolismo do corpo social ao registrar seu passado” (VON SIMSON, 2000, p. 68 apud MONTENEGRO, 2015, p. 6).

Esta circunstância impõe o estabelecimento de políticas específicas de manutenção e preservação do acervo da UFBA como um todo. Para tanto de início se faz necessário: a criação de um laboratório de investigação e de preservação desse acervo; da implantação de um polo difusor digital de integração dos fundos e coleções produzidos e acumulados pelos órgãos e unidades acadêmicas da UFBA, transferidos ou recolhidos aos seus Arquivos Setoriais e ao Arquivo Central, além de fundos privados pertencentes a professores, alunos e funcionários ou jurídicos, de interesse público e social, cujo conteúdo se relacione à UFBA.

Para a política de preservação, conservação e restauração do patrimônio artístico, cultural e literário da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como passo inicial, pretendeu-se realizar mapeamento e inventário de bens culturais móveis e imóveis. Para tanto, cogitou-se em conhecer sobre os bens e como resguardá-las a partir da pesquisa e da documentação dela resultante. Conhecer o potencial simbólico e o significado relacionado aos bens culturais são determinantes, pois a “preservação é o processo de tomada de consciência do valor de um bem cultural” (PINHEIRO E GRANATO, 2012, p. 31) visando sua integridade e manutenção física.

A conservação de um patrimônio implica, segundo Montenegro, (2015, p. 8), em procedimentos para “minimizar um processo de degradação buscando estabilizar os materiais que as compõem” sem, entretanto, alterar seu estado físico ou estético. A ação de restauração, no entanto, é constituída de intervenções (mecânicas, químicas, estruturais e/ou estéticas) “com a finalidade de revitalizar o estado físico de um bem cultural e resgatar seus valores históricos e artísticos”. Naturalmente, depende-se de recursos tecnológicos como instalação de laboratório a exemplo de preservação (conservação preventiva, higienização e acondicionamento de documentos) e de digitalização de acervos documentais, para viabilizar a produção de coleções digitais definidas nos padrões de indicadores internacionais, em relação a formatos, tipologias e dimensões.

3.1 Procedimentos Metodológicos

O desafio proposto para a realização do “Plano Diretor Institucional - PDI Inventário Patrimônio Artístico da UFBA Política de Preservação, Conservação e Restauração” (2014) provocou uma reflexão quanto ao procedimento a ser adotado para a realização do mapeamento do patrimônio artístico e literário sendo estabelecidas as seguintes etapas:

- a. delimitar a área geográfica dos *campi* da UFBA para mapeamento;
- b. elaborar formulário de coleta de dados;
- c. desenvolver a plataforma da base de dados;
- d. sistematizar os dados dos diferentes acervos;
- e. elaborar a documentação fotográfica dos acervos artísticos
- f. digitalizar os acervos literários;
- g. montar de laudos;
- h. definir os metadados para registro;
- i. catalogar os acervos;
- j. inventariar os acervos;
- k. inserir dados nas bases.

O mapeamento do patrimônio artístico da UFBA, iniciado em 2015, contou com 11 bolsistas que realizaram o levantamento e o registro oficial da quantidade e diversidade dos acervos patrimoniais que possui a Instituição. Para o mapeamento levou-se em consideração a formação dos bolsistas que foram distribuídos de acordo com a área de estudos ou afins. Nessa fase também a equipe elaborou o formulário para sistematizar a coleta de dados.

Na etapa seguinte foi solicitado, aos técnicos da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFBA, uma plataforma para composição da base CPARq - Comissão Permanente de Arquivos - e, nela foi criado o campo Coleção Acervo Artístico Cultural para receber os dados coletados. A coleta de dados foi realizada *in loco*, com preenchimento de formulário e uso de máquina fotográfica, para posterior montagem de laudos. Na etapa final, ocorreu a definição dos metadados para registro, inserção das informações na plataforma e revisão dos dados inseridos.

Em 2016, foi iniciado o inventário do patrimônio literário de obras raras da UFBA. Dentre as 21 bibliotecas existentes na UFBA, como projeto piloto foi selecionada a coleção do professor e bibliófilo Frederico Edelweiss, doada a UFBA em 1974. Para coleta de dados, objetivando o levantamento quantitativo e qualitativo dessas obras a equipe do projeto formado de pesquisadores, bibliotecários e bolsistas elaborou o formulário “Análise Bibliológica ou Colacionamento das Obras Raras”. Convém nesse momento, destacar o Curso de Obras Raras ministrado em 2015 com a finalidade de capacitar a equipe envolvida no projeto.

A equipe formada de 4 bibliotecários e 2 bolsistas iniciou a catalogação do acervo no sistema Pergamum e o inventário no CPARq, concomitantemente. Nessas fases foram disponibilizados metadados, informações referenciais e imagens digitais (folhas de rostos) das Obras Raras. Na base CPARq foi criado o campo Coleção Obras Raras.

A ferramenta para desenvolver este processo consiste do banco de dados composto de informações, com diferentes registros, sobre o desenvolvimento das atividades de preservação relativas a acervos (documentos textuais, gravuras quadros, esculturas, equipamentos multimídias dentre outros), recursos humanos e condições de organização de preservação e acesso fornecidos pelos órgãos da UFBA.

4 ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DOS ACERVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: UMA SINTESE

Em um país multicultural como o Brasil, a preocupação com a questão da preservação da memória assumiu maior destaque no fim do século XX (VOGT, 2008). No meio acadêmico passou-se a haver uma auspiciosa produção historiográfica como nunca antes e parece ser um período em que tradições são resgatadas. Para Galindo (2009), os arquivos, os museus e as bibliotecas são instituições memoriais que adotou a responsabilidade de preservar e difundir seus acervos na perspectiva de uma ampla democratização da informação, devendo instituir-se como correntes de um sistema memorial. A memória também encontra-se relacionada a fatos que impactaram um povo ou uma nação e para ser valorizada, comumente, propõe-se a construção de memoriais e “lugares de memória” (HOBSBAWM; RANGER, 1984).

Os novos desafios impostos pela globalização, pelos meios de comunicação de massa e pelo multiculturalismo fizeram multiplicar, também, os ‘lugares de memória’, instituições que hoje são detentoras de coleções bibliográficas, fotografias, pinturas, desenhos, gravuras entre outras sejam pessoais ou institucionais que investem no simbolismo e na lembrança, garantindo assim, a interação história, patrimônio e memória. Para o historiador francês Pierre Nora (1993, p. 13) a expressão “lugares de memória” por ele proposto são

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas [...]. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade.

Tomando-se como referência a Universidade Federal da Bahia (UFBA), destacamos que o embrião que originou esta instituição remonta ao século XIX, representado pela Carta Régia de 18 de fevereiro de 1808 que criou a Escola de Cirurgia no Hospital Real desta Cidade (Salvador), atual Faculdade de Medicina. Segundo Cid Teixeira (2008), o prédio onde a Escola foi instalada é remanescente do Colégio de Jesus (1549) e da antiga biblioteca

(Figura 1), que teve “um dos pátios destruído pelo fogo” em 1801. Esse conjunto arquitetônico localizado no Terreiro de Jesus, hoje, ainda abriga a Catedral Basílica, o Museu da Catedral e o Memorial da Faculdade de Medicina da Bahia (1833).



Figura 1. O Terreiro de Jesus -1808 – Salvador - Bahia.

Fonte: Acervo do Memorial da Medicina. Foto: Margarida de Souza Neves.

No mesmo século, igualmente foram criados os cursos anexos de Farmácia (1832) e Odontologia (1864). O núcleo da futura UFBA, gradativamente, se ampliou agregando as seguintes instituições: Academia de Belas Artes (1877), Faculdade de Direito (1891), Escola Politécnica (1896), Faculdade de Ciências Econômicas (1905) e Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (1941). Em 1946, todas estas unidades se integraram e constituiu a UFBA, consolidando-se nelas acervos artístico, bibliográfico e arquivístico de inigualável riqueza histórica, política, econômica, social e cultural, de importância incomensurável para se compreender a história do Brasil e de Portugal.

Atualmente, a UFBA conta com 31 unidades universitárias de ensino e órgãos complementares vinculados às unidades universitárias de ensino. Suas atividades acadêmicas, no *Campi* de Salvador, compreendem ensino de graduação com 94 cursos e, ensino de pós-graduação com 61 cursos de mestrado acadêmicos 12 mestrados profissionais e 53 cursos de doutorado, nas diversas áreas do conhecimento e com um total de 22 bibliotecas.

No decorrer desses quase três séculos de produção de conhecimento acadêmico, científico, técnico, social e humano, muito se pode investigar no que diz respeito à contribuição da UFBA para o Brasil e para o mundo. Nessa linha de raciocínio, entende-se que os acervos, ao estarem todos em condições adequadas à pesquisa, poderão significar recurso de pesquisa, desvelando conteúdo amplo e diversificado sobre o desenvolvimento das ciências e das técnicas.

Os acervos da UFBA se caracterizam pela diversidade de tipologia e suportes. Suas origens têm procedência da biblioteca da Família Real, quando da criação da Escola de Cirurgia no Hospital Real, a primeira do país, da biblioteca da Escola dos Jesuítas, dos catedráticos de origem europeia, que aqui chegaram para ministrar aulas e de doações feitas por reitores e pesquisadores renomados, cujas coleções e arquivos contem: obras raras, valiosas e especiais, manuscritos e documentos históricos, fotografias, gravuras, cartazes,

obras de artes, móveis, louças, medalhas, entre outros, de valor inigualável cultural, histórico e científico. Além disso, conta ainda com doações de obras de diversos artistas distribuídas nas suas diversas Unidades e Órgãos.

É nessa direção que a UFBA vem trabalhando para tornar seus acervos de: Bens imóveis (arquitetura, urbanismo e paisagismo); Bens móveis e integrados à arquitetura (arqueologia, etnografia, artes visuais, design e similares); Registros documentais (bibliotecas, arquivos, discotecas, filmotecas, mídias eletrônicas); Coleções especiais (acervos científicos, história natural e botânica); Patrimônio imaterial; Meio ambiente e recursos naturais, disponibilizados em locais avançados de pesquisa, dentro de condições tecnológicas digitais atuais e de acessibilidade a todo e qualquer pesquisador. Concorreram para isso, os seguintes fatos:

a) A UFBA foi inserida no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do CONARQ, e o seu Conselho Universitário criou a Resolução n. 03, de 13 de setembro de 2012, que aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente de Arquivo da UFBA, o que significa a demonstração de grande interesse em trabalhar pela qualidade do conteúdo e da infraestrutura de cada um dos arquivos setoriais hoje existentes na Universidade Federal da Bahia.

b) Criação da Comissão Permanente de Arquivo (CPARq), que se institucionalizou de acordo com o art. 54 do Regimento Geral da UFBA. O art. 4º do Regimento Interno da Comissão estabelece dentre outras atribuições, estimular a integração dos acervos arquivísticos para apoiar o desenvolvimento da pesquisa, da criação e da inovação. Além disso, cabe à CPARq subsidiar a elaboração de planos institucionais de desenvolvimento, sugerindo metas e prioridades direcionadas à política de arquivos no âmbito desta Universidade.

Os arquivos são um rico universo de diferentes temas, já que operam nas mais variadas áreas de conhecimento. Nele o pesquisador constrói a metodologia para realizar sua pesquisa, a fim de elucidar os acontecimentos e ter condições de escrever sobre o tema escolhido. Na UFBA, encontram-se inúmeros arquivos manuscritos dos séculos XVII a XVIII, arquivos históricos da UFBA, arquivos pessoais de pesquisadores e de doadores das coleções, arquivos de instituições públicas, documentos da Memória da Ditadura e outros. Para Bellotto (2004) é sobre um tripé que se sustenta a consulta a um acervo de arquivo: o historiador, o administrador e o cidadão. Para o primeiro, ali se concentra uma matéria-prima profissional: para o segundo, seu arsenal de provas, testemunhos e informações: para o terceiro, os dados que informam e definem a comunidade em que vive e sua própria atuação nela. O sistema de arquivos é infraestrutura fundamental para a pesquisa; na maioria dos casos, constitui o próprio lugar do trabalho investigativo, realizado por indivíduos ou grupos na busca de dados, fontes e teorias.

Igualmente devemos fazer referência aos bens culturais e artístico, móveis e imóveis que são considerados nos campi da UFBA em Salvador. Trata-se de monumentos da arquitetura e do urbanismo, reservas naturais do entorno e da paisagem, coleções das artes visuais de pintores baianos, mas, também, de variadas nacionalidade e de diferentes épocas e estilos. Conta ainda com um rico acervo de esculturas e murais artísticos que embelezam algumas das suas Unidades /Órgãos.

4.1 Estágio Atual do Desenvolvimento da Pesquisa

O inventário desses bens, já iniciado no primeiro semestre de 2016 (Figura 2), apresenta componentes de cadastro, de identificação de tipologias e de classificação individual, do estado de conservação dos exemplares das diversas unidades acadêmicas, de prioridades no âmbito da conservação, preservação e restauração do patrimônio. O inventário, de caráter quantitativo e qualitativo, comporá uma base de dados eletrônica, atualizada, de acesso simples e democrático, que contemplará pesquisadores e a sociedade em geral.



Figura 2. Inventário do Acervo Artístico cultural, das Atas do Consuni, Obras Raras.

Fonte: Comissão Permanente de Arquivos (CPARq).< <https://cparq.ufba.br/>>

Até o momento, foram mapeadas no *campi* de Salvador 687 obras artísticas. No que se refere a obras literárias foram catalogadas 339 obras raras (Figura 3) dos Séculos XVI a XVIII na coordenação Lugares de Memória – Estudos Baianos, do Sistema de Biblioteca da UFBA. Falta realizar nessa unidade de informação, o inventário nas vastas coleções dos Séculos XIX e XX, que contam com exemplares pertencentes a coleções de bibliófilos, bibliógrafos e colecionadores, doadas ou adquiridas pela Universidade.



Figura 3. LÉRY, Jean de. *Historia Navigationis in Brasiliam, quae et America dicitur: Qua Describitur Autoris navigatio, ... A Joanne Leryo Burgundo* Genève (Suíça): Excudebat Eustathius Vignon, 1586. 358 p.
Fonte: Obras Raras da Coleção Frederico Edelweiss.

Os critérios de raridade utilizados para o inventário desses livros raros foram os mesmos adotados pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. No critério de antiguidade, as datas limites correspondem a fatos ocorridos na história dos impressos. Incunábulo (XV - XVI); Materiais impressos 1620 - 1720 - melhoramentos na prensa e aumento de tipografias por toda a Europa e Estados Unidos, a invenção da máquina de bater a polpa do papel, o que acelera a fabricação de papéis, aumento da produção de livros; 1835 marca o século da tipografia na América Latina; no Brasil, com a vinda de D. João VI em 1808, a tipografia teve início (Figura 4); a data 1841 corresponde ao momento que o livro deixa de ser manufaturado e passa a ser industrializado, pondo fim ao período áureo da Imprensa Real, no Rio de Janeiro.



Figura 4. O jornal O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil &c. do Rio de Janeiro, o primeiro periódico dedicado às ciências e às artes no país, publicado de 1813 a 1814.
Fonte: Obras Raras da Coleção Frederico Edelweiss.

Os livros, além da beleza tipográfica, antiguidade, unicidade ou valor comercial tornam-se raros ou valiosos, também, pelo seu potencial de informação ou procura. Eles podem inclusive carregar significados que os retiram da categoria de livros comuns para as de raridades bibliográficas, adquirindo os símbolos de poder, de status, de riqueza.

O livro raro – notadamente, aquele produzido artesanalmente – fascinante por sua natureza de documento histórico [...] e por seu aspecto tão afeito à obra de arte [...], prescinde de descrições sumárias e exclusivamente bibliográficas. O caráter de “especial”, atribuído pela associação da análise bibliológica à

descrição bibliográfica, que traça o perfil do livro antigo sob seu aspecto material, distingue esse tipo de documento de todos os demais (PINHEIRO, 2003, p. 12).

Os acervos documentais da UFBA encontram-se à disposição para consulta, em diversos sistemas disponibilizados tais como: Sistema de Acesso aos Arquivos Históricos da UFBA, Sistema de Bibliotecas da UFBA, Memória da Ditadura; Repositório Institucional; Sistema de Acesso aos Centros de Documentação, Informação e Memória. Desta forma, o desenvolvimento desse subprojeto que tem como proposta a integração e modernização desses diversos sistemas de acesso à informação vem apoiar o desenvolvimento da pesquisa e da inovação, com a transferência e difusão da informação. O RI - Repositório Institucional da UFBA, por exemplo, em 2015 contava com 16.318 documentos disponibilizados, segundo a UFBA em Números 2016. Para complementação dessas metas demandam as seguintes atividades:

- a) Formalizar funcionamento dos grupos de interesse e pesquisa promovidos pela coordenação da Rede Cariniana, com o propósito de estruturar a oferta de novos serviços e plataformas de preservação digital.
- b) Adicionar os repositórios em DSpace da UFBA no LOCKSS, incluindo todos os repositórios registrados no Portal do IBICT.
- c) Criar as subredes de preservação digital de publicações nos sistemas PKP (*Open Conference Systems e Open Monograph Press*) através de grupos de pesquisa de parceiros e colaboradores usuários da Rede Cariniana.
- d) Ampliar o acesso ao patrimônio documental, para apoiar o desenvolvimento da pesquisa e da inovação, constituindo-se como um marco no processo de valorização e democratização.
- e) Participar na implementação dos projetos de preservação digital das instituições parceiras, na criação de subredes locais na Plataforma LOCKSS.
- f) Incluir a utilização de ferramentas de preservação e recuperação de diversos acervos eletrônicos (exemplo: ICA-AtoM e Archivematica).

O projeto tem parceria com a Fundação Cultural/Arquivo Público do Estado da Bahia, IBICT- Instituto Brasileiro de Informação de Ciência e Tecnologia e Arquivo Nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atingir o objetivo de dar uma maior visibilidade ao patrimônio artístico da instituição, inventariar os bens patrimoniais da UFBA, estabelecer estratégias de preservação, conservação e restauração que compõe a memória de uma instituição, deve-se pensar em um trabalho voltado a uma cultura preservacionista que esteja atenta para o jogo de identidades complexas e compostas de diversidades, de modo a estabelecer os valores atuais do patrimônio da entidade.

A implantação da política de preservação do patrimônio, aqui denominadas Plano Diretor Institucional- PDI (2014), iniciado pelo inventário, para reconhecimento do acervo e criação da base de dados, permitirá a disseminação do seu conteúdo e a perpetuação de informações tendo-se como referência principal:

- a) Cadastro dos bens patrimoniais da UFBA – imóveis, móveis, integrados, ambientais e imateriais;
- b) Diagnóstico do estado físico do patrimônio institucional;
- c) Definição das políticas e estratégias para a preservação do patrimônio institucional;
- d) Criação da base de dados eletrônica, online, de acesso simples.

As informações e arquivos estarão disponíveis no Repositório Institucional da UFBA para consulta da comunidade interna quanto externa; possibilitará a atualização dos currículos de ensino, pesquisa e extensão com foco à conservação, preservação e difusão de acervos documentais de destacado valor histórico e cultural. A preservação da memória coletiva é sem dúvida elemento indispensável para a coesão e a identificação de um grupo.

Dessa forma, e com tal intenção justificada, estima-se que esse projeto alcance os méritos e requisitos que lhe permitam dotar a Universidade Federal da Bahia de um sistema de arquivos inovador, com tecnologia digital contemporânea, com competência no arquivamento e na conservação de documentos originais, em diferentes suportes, bem como na acessibilidade plena aos seus pesquisadores, de modo a corroborar com a memória da instituição.

REFERÊNCIAS

ANASTASSAKIS, Zoy. Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural, ou como fazer pesquisa em design sem sabê-lo. In: **Congresso Internacional de Pesquisa em Design**, 4º. 11 à 13 de outubro 2007. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/designjohnson/alosio-magalhes-e-o-centro-nacional-de-referencia-cultur>> Acesso em: 22 de julho 2016.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Reflexões sobre o conceito de memória no campo da documentação administrativa. In: _____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 271-278.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de nov. de 1937. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 26 ago. 2016

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 26 ago. 2016

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 05 de out. de 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 26 ago. 2016

BRASIL. Decreto Lei n. 25, de 30 de nov. de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. . **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 de dez de 1937 Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. Lei no 3.924, de 26 de jul. de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27. jul. 1961. Disponível em < Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em: 26 ag. 2016.

CARTA Régia de Criação da Escola de Cirurgia da Bahia em 18 fevereiro de 1808. Disponível em < <https://www.ufba.br/noticias/faculdade-de-medicina-da-bahiaufba-completa-208-anos-de-funda%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

COUCEIRO, Sylvia; BARBOSA, Cibele. Patrimônio imaterial: debates contemporâneos. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.24, n. 2, p. 151-159, jul./dez. 2008.

GALINDO, Mario. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: BARRIO, A. E.; MOTTA, A.; GOMES, M. H. (Org.). **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Fundaj, Massangana, 2009. p. 251-264.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MAGALHÃES, Aloísio. Importar tecnologia sem virar cidadão de segunda classe. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 set. 1978. Caderno B, p. 5.

MONTENEGRO, Antônio Carlos. **Conservação preventiva**: conceitos. Recife: [s.n.], 2015. 11 p.

MURGUIA, Eduardo Ismael; YASSUDA, Silvia Nathaly. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. **Perspectivas em Ciências da Informação**. Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 65-82, set./dez. 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PINHEIRO, Ana Virginia. Metodologia para Inventário de acervo antigo. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 123, p. 9-31, 2003. Disponível em: <http://planorweb.bn.br/documentos/anais_123_2003.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016.

PINHEIRO, Lena Vania R.; GRANATO, Marcus. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação. In: SILVA, Rubens R. Gonçalves. **Preservação documental**: uma mensagem para o futuro. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 23 – 40.

SILVA, Lucia. Trajetória de um conceito: patrimônio, entre a memória e a história. **Mosaico** – Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 1, n. 1, p. 36-42, jan./jun., 2010.

TEIXEIRA, Cid. **Catedral Basílica de Salvador**. 2008. Disponível em: <<http://www.cidteixeira.com.br/site/foto.php?sub=147>> Acesso em: 18 maio 2016.

TOUTAIN, Lídia Maria Brandão. Registro da memória social e institucional no lançamento da pedra fundamental do ICI-UFBA. In: SILVA, Rubens R. Gonçalves. **Preservação documental**: uma mensagem para o futuro. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 15- 21.

TOUTAIN, Lidia Brandão; LIMA, Ana Maria Cerqueira; DANNEMANN, João Carlos Silveira. **Projeto plano diretor institucional – PDI**: inventário patrimônio artístico da UFBA política de preservação, conservação e restauração. Salvador: UFBA, 2014. 15 f.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Resolução nº 03** de 13 setembro de 2012. Aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente de Arquivo da UFBA. Disponível em: <https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2003.2012_0.pdf> . Acesso em: 08 de ago. de 2016.

VOGT, Olegário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **MÉTIS**: história & cultura. v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008.

VON SIMSON, O. R. de M. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do centro de memória da UNICAMP. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: Autores Associados, 2000.

